

# **EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL: CONTRIBUIÇÕES DAS PESQUISAS AOS DESAFIOS DO TEMPO INTEGRAL E DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR**

**Cleide Francisca de Souza Tano**

## **Resumo**

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa qualitativa feita junto à coordenação e à Secretaria Municipal de Educação de Capinópolis - MG. O objetivo principal deste trabalho é identificar como as pesquisas de pós-graduação podem contribuir com as escolas municipais, quanto à implementação da Educação Integral e democratização da gestão escolar. Nos objetivos secundários, buscou-se identificar se as escolas municipais de Capinópolis trabalham com a Educação Integral; se irão trabalhar; se possuem estruturas adequadas para trabalhar com a educação integral e se os funcionários das escolas municipais estão capacitados para atuarem democraticamente com a Educação Integral. Espera-se que este trabalho instigue a participação de todos os envolvidos para a construção de novos olhares acerca desses temas.

Palavras chave: Educação Integral; Gestão Democrática; Pesquisas.

## **1. Introdução**

As influências da globalização impõem novos desafios tanto aos governantes quanto aos cidadãos que, na maioria das vezes estão desempregados e sem condições sociais e econômicas de prover seus familiares conforme deveria. Nas agendas dos governos, várias são as demandas por políticas públicas visando suprir necessidades como alimentação, moradia, segurança e educação.

Neste sentido, várias áreas das políticas públicas vêm sendo redesenhadas. O Ministério da Educação abre o debate sobre as desigualdades sociais que instiga o país à adesão a uma política de Educação Integral, sustentada na intersectorialidade da gestão pública e na democratização da gestão escolar.

Este trabalho parte do pressuposto que, após tantos trabalhos incentivando a Educação Integral e a democratização da gestão escolar e de um aparato legal consistente sobre esta temática, as escolas municipais de Capinópolis-MG já estão unindo esforços neste sentido. O município de Capinópolis possui três escolas municipais que atendem alunos das primeiras séries do ensino fundamental.

O objetivo principal deste trabalho é identificar como as pesquisas de pós-graduação podem contribuir com as escolas municipais quanto à implementação da Educação Integral e à democratização da gestão escolar.

Quanto aos objetivos secundários, buscou-se identificar se as escolas municipais de Capinópolis trabalham com a Educação Integral; se irão trabalhar; se possuem estruturas adequadas para trabalhar com a educação integral e se os funcionários das escolas municipais estão capacitados para atuar democraticamente com a Educação Integral.

Acredita-se que políticas novas ou diferentes podem ter consequências imprevisíveis e isso faz com que os tomadores de decisão as evitem em condições de incertezas, neste sentido, as pesquisas e atividades voltadas à solução de problemas sociais são extremamente importantes.

A justificativa deste trabalho ressalta-se na necessidade de chamar a atenção dos programas de pós-graduação em educação sobre a necessidade de pesquisas práticas, capazes de serem aplicadas dentro das escolas de modo a funcionar como ferramenta transformadora das condições atuais da Educação.

Percebe-se que existe um aparato legal já instituído, entretanto a efetivação da prática de educação integral e de democratização de gestão ainda se limita a poucos municípios conforme mostra os estudos de Garcia (2008). Espera-se que este trabalho instigue a participação de todos os envolvidos para a construção de novos olhares acerca desses temas.

Este artigo está estruturado em quatro partes, além desta introdução. O referencial teórico que traz e discute a Educação Integral, a democratização da gestão escolar, um breve histórico sobre o assunto e sobre a importância das pesquisas neste campo, além do aparato legal. Logo após, passa-se para a metodologia da pesquisa que delimita o contexto, o tipo de pesquisa, os sujeitos da pesquisa, o instrumento de coleta de dados e a análise dos dados. Em seguida, passa-se à apresentação dos resultados. Por fim, são apresentadas as conclusões e recomendações.

## **2. Referencial teórico**

No Brasil, Arretche (1999) observa que o Estado sofre com influências dos processos de globalização; das mudanças no mundo do trabalho; das transformações técnico-científicas e das mudanças socioambientais globais, dentre outras. Nos países

emergentes, novos desafios são impostos às políticas públicas, em especial às políticas educacionais.

Ainda, segundo esta autora, várias áreas da política social vêm sendo redesenhada através da transferência de atribuições da gestão para os níveis estadual e municipal de governo. Estas novas medidas afetam grandes parcelas dos municípios que compõem a sociedade brasileira, pelo fato destes serem constituídos por expressivas desigualdades estruturais de natureza econômica, social, política; expressiva dependência de transferências fiscais e de capacidade administrativas de seus governos.

Ainda, segundo a autora citada acima, essas políticas transformaram os municípios em principais provedores dos serviços universais de saúde, educação fundamental, assistência social, saneamento, habitação popular, com exceção da área de previdência. Muitos municípios ainda não conseguem assumir seu novo papel de gestor e provedor destas políticas, fazendo com que a União não se retire de cena.

Em 2006, em uma escala de 0 a 10, o IDEB identificou sistemas de ensino com índices que variavam de 1,8 a 6,0 e escolas que variavam de 0,7 a 8,5. Essa discrepância revela profundas desigualdades nas condições de acesso, permanência e aprendizagem na educação escolar, refletindo a complexidade de um processo que se entrelaçam diversos fatores relativos tanto à estruturação social, política e econômica da sociedade brasileira, quanto ao trabalho pedagógico realizado no cotidiano por professores e demais profissionais nas escolas públicas. (BRASIL, Ministério da Educação, 2009, p.11).

Segundo Coelho (2012), é fundamental uma análise das desigualdades sociais, que relacione tanto os problemas de distribuição de renda quanto os contextos de privação de agir para prover seus membros familiares conforme a vontade dos cidadãos.

O Ministério da Educação (2009) traz que o debate sobre esta temática instiga o país à formulação de uma política de Educação Integral sustentada na intersectorialidade da gestão pública, na possibilidade de articulação com a sociedade civil e no diálogo entre saberes clássicos e contemporâneos.

Bronzo (2007) traz que intersectorialidade é um conceito utilizado para referir a interação entre os diversos setores – Estado, mercado e sociedade. Esta autora utiliza deste conceito como princípio e prática nas políticas públicas a partir do tema enfrentamento da pobreza.

Sobre os tipos de políticas públicas, alguns autores apontam que, em uma sociedade pluralista e na ausência de qualquer acordo geral sobre metas ou valores sociais globais, fica mais fácil para o governo continuar com programas já existentes.

A Educação Integral tem sido um ideal presente na legislação educacional brasileira e, sobre este tipo de educação, o Ministério da educação aponta que exige compromisso, projeto pedagógico, formação de agentes, infraestrutura e meios para sua implantação.

## **2.1 Educação integral no Brasil e aparato legal**

Ministério da Educação (2009) apresenta um resumo da evolução histórica da Educação Integral no Brasil. Segundo este, desde início do século XX, já se falava de práticas de Educação Integral, alicerçada na ampliação da jornada escolar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/96, prevê a ampliação progressiva da jornada escolar do ensino fundamental para o regime de tempo integral a critério do estabelecimento de ensino (Art. 34). Posteriormente, a Lei 11.494/2007 que instituiu o FUNDEB e dispõe sobre a distribuição proporcional dos recursos de fundos, inclusive à educação básica em tempo integral e dá outras providências e o Decreto nº 6.253/2007 traz que “...*considera-se educação básica em tempo integral a jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total que um mesmo aluno permanece na escola ou em atividades escolares...*”, observado o disposto no art. 20 deste Decreto. (BRASIL, Art. 4º, 2007).

O Ministério da Educação (2009), através do lançamento do caderno para professores e diretores de escolas: Rede de saberes mais educação: pressupostos para projetos de educação integral, sugere os caminhos para a elaboração de propostas pedagógicas de Educação Integral por meio do diálogo entre saberes escolares e comunitários.

Na atualidade, com a Lei 13.005 de junho de 2014, que aprova o plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências, os municípios vêm-se na fase de implementação da educação Integral. O cenário educacional torna-se complexo, onde às instituições escolares são atribuídas múltiplas funções, desde educadoras a protetoras. Nesta perspectiva, a escola e os profissionais da educação passam a assumirem responsabilidades que não eram típicas do seu dia a dia.

## 2.2 Democratização da gestão escolar

Paro (2008), em seu artigo “Estrutura da escola e educação como prática democrática”, trata sobre a democratização das relações que envolvem a organização e o funcionamento efetivo da instituição escola e aponta a importância da participação de todos os envolvidos na tomada de decisão dentro da escola.

Este autor ainda reforça a importância de um exame metódico da atual estrutura da escola pública brasileira na busca de formas de sua transformação para adequá-la à educação como prática democrática. No que diz respeito ao ensino fundamental, este autor traz que a discussão deste tema requer:

1) Busca de uma possível direção colegiada da escola, com vistas à distribuição do poder de forma mais democrática possível; 2) configuração de uma estrutura didática da escola fundamental em conformidade com os mais recentes avanços e contribuições das ciências com relação ao desenvolvimento da criança e do adolescente; 3) redimensionamento do currículo da escola fundamental de modo a abarcar a cultura em suas múltiplas dimensões, para dar conta da formação integral da personalidade dos educandos; 4) atenção e cuidado para com o trabalho docente, pelo oferecimento das condições exigidas pela natureza do trabalho pedagógico e pela implementação de formas coletivas de planejamento, execução e avaliação do trabalho; 5) afirmação da autonomia do educando para aprender e dimensionamento da consequente autonomia que se lhe deve proporcionar para participar das tomadas de decisões escolares; 6) implementação de medidas que tornem possíveis e estimulem a efetiva integração da comunidade à escola pública fundamental. (PARO, 2008).

Neste sentido, faz-se necessário reeducar a gestão política dos sistemas escolares e de seus quadros, criando um sistema de comunicação entre todos os envolvidos. *Em tese, portanto, temos instituídas as condições legais para a democratização da gestão escolar em todo o território nacional. Entretanto os estudos desenvolvidos sobre o tema indicam que, apesar do novo ambiente legal, não avançamos muito na democratização da gestão escolar.* (GARCIA, 2008. pp. 161-162).

Ainda, segundo Garcia (2008), existe um valioso acervo de estudos sobre o tema que aponta a ausência de políticas estimuladoras para as medidas democráticas, existindo até uma cultura autoritária de resistência a este tipo de medidas. Indicando

assim um desafio àqueles que propõem a implantar a gestão democrática na educação básica.

Arroyo (2008) conclui, em seu trabalho sobre gestão democrática, que as tensões instaladas no campo da gestão do sistema educacional revelam que este campo ainda é merecedor de pesquisa e reflexão teórica e, sobretudo, de intervenções políticas mais radicais.

Constituição Federal de 1988 - proclama que é direito de todos os que vivem na sociedade brasileira receber educação e no Art. 207 traz que: *As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.* (BRASIL, 1988).

### **2.3 Importâncias das pesquisas nas áreas de educação**

Mainardes; Ferreira e Tello (2011, p. 148) apontam que “...*mais recentemente, surgiram propostas que defendem um envolvimento ativo dos atores educativos (professores, pais, diretores, gestores de nível médio e central) nas decisões sobre a produção e seleção de conhecimentos para a elaboração de políticas educacionais.*” Esta interação entre os diversos atores educacionais fomentando a produção de pesquisas científicas, permite a divulgação de resultados que contribuem com os gestores no momento de tomadas de decisões.

O momento de tomada de decisão é crucial para os gestores, um aparato de conhecimento científico é fundamental para a implementação de políticas educacionais novas voltadas à solução de problemas sociais. Este tipo de política pode apresentar consequências imprevisíveis e muitas vezes, devido a este fato, são evitadas pelos tomadores de decisões, apesar destas políticas serem extremamente importantes.

O caderno Educação Integral da Série Mais Educação (2009) menciona a importância da pesquisa para o trabalho de formação:

Faz-se necessário o debate sobre os conteúdos escolares nos diferentes domínios do conhecimento e em sua imbricação com as diferentes bases epistemológicas que orientam as pesquisas e a produção do conhecimento. Do mesmo modo, torna-se necessário o debate sobre as consequências das pesquisas e da produção do conhecimento sobre a organização didática e pedagógica, justificadas nas epistemologias da aprendizagem. Por um lado, trata-se de reafirmar a condição da universidade como locus da formação dos educadores e, por outro

lado, de reafirmar a condição da escola como locus do trabalho empírico dessa formação. (BRASIL, 2009, p.30).

As Universidades, além de ministrar cursos, possuem o objetivo de realizarem pesquisas, para que possam ser aplicadas, estendendo seus benefícios à comunidade e desenvolver atividades de articulação com os segmentos sociais, promovendo assim a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. E assim, promover a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme dispõe a Constituição.

Ante o exposto e de todo aparato legal sobre este assunto já mencionado neste trabalho, dá para perceber a importância de se construir e aplicar conhecimentos na resolução de problemas concretos, como proposta de implantação da educação integral nos municípios visando à transformação social. Neste sentido, este trabalho busca entender as contribuições das pesquisas de pós-graduação em educação à implementação da proposta de Educação Integral tanto para o dia a dia dos envolvidos quanto para a democratização da gestão escolar.

### **3. Metodologia**

Este trabalho é resultado de duas pesquisas, uma bibliográfica e documental sobre a evolução da Educação Integral e da democratização da gestão escolar, em que procedeu-se o estudo de publicações oficiais do Ministério da Educação, da legislação e de trabalhos publicados sobre o assunto e observação de relatórios. A outra pesquisa, qualitativa, para a qual o método escolhido foi o estudo de caso, sendo que o instrumento de coleta de dados foi o questionário aplicado à Secretaria Municipal de Educação.

Lukatos e Marconi (2002) consideram importante a observação como instrumento de coleta de dados. Neste trabalho, realizou-se a observação: da realidade das escolas, de dados estatísticos nacionais sobre o número de crianças fora da escola e de dados estatísticos das escolas municipais de Capinópolis.

Na fase de aplicação do questionário, procederam-se as entrevistas semiestruturadas com questões específicas sobre o tema estudado. Buscou-se identificar como as pesquisas podem contribuir com as escolas municipais quanto à implementação da Educação Integral e democratização da gestão escolar.

Na análise dos dados, buscou-se relacionar as observações e respostas com os pressupostos teóricos abordados, realizando-se assim uma reflexão acerca da situação

investigada para fins de traçar considerações e propor sugestões sobre a temática estudada.

#### **4. Resultados**

Este trabalho partiu do pressuposto de que as escolas municipais de Capinópolis já estavam unindo esforços no sentido de trabalhar democraticamente com a Educação Integral, uma vez que vários debates sobre esta temática foram feitos e também devido ao fato do Ministério da Educação ter lançado publicações sobre o assunto para fins de instigar a participação de todos.

Percebe-se, durante o desenvolvimento da pesquisa, que existe sim, esforços no sentido de se implementar a educação integral na rede de escolas municipais, entretanto, estes esforços ainda estão em fase inicial, numa fase de adaptação a este novo papel que as escolas terão de assumir, para fins de enfrentamento das desigualdades e transformações sociais.

Conforme Arretche (1999) várias áreas da política social vem sendo redesenhadas e os municípios passaram a assumir papéis que antes não eram deles. Um destes papéis que os municípios assumiram foi o de prover e gerir o ensino fundamental.

Percebe-se, pelo referencial teórico, que Educação Integral exige compromissos, impõe formação de seus agentes, infraestrutura, meios para a sua implantação, projeto pedagógico, recursos e outras providências.

Em se tratando de desigualdades, temos, em 2006, os dados nacionais em uma escala de 0 a 10, o IDEB identificou sistemas de ensino com índices que variavam de 1,8 a 6,0 e escolas que variavam de 0,7 a 8,5 (BRASIL, Ministério da Educação, 2009, p.11).

Os dados nacionais também mostram que estão fora da escola : a) 1.419.981 crianças e adolescentes entre 4 a 5 anos; b) 375.177 crianças e adolescentes entre 6 a 10 anos; c) 355.600 crianças e adolescentes entre 11 a 14 anos; d) 1.539.811 crianças e adolescentes entre 15 a 17 anos. (IBGE, Pnad, 2009).

Os dados nacionais mostram profundas desigualdades nas condições de acesso, permanência e aprendizagem. A educação integral conforme o Ministério da Educação (2009) exige a participação de todos, escola, comunidade, educando, educadores. Este processo também exige a quebra de paradigmas como o da gestão centralizada e a do ensino em apenas um turno.

Apesar das desigualdades nacionais, os dados do IDEB mostram que, em 2011, o IDEB das escolas municipais de Capinópolis Aurelisa Aucântera, Higino Guerra e Presidente Tancredo Neves eram respectivamente 5,4; 6,5 e 6,0 - acima da meta projetada para 2015 – de 5,2; 6,3 e 5,7 respectivamente. (INEP, acesso em: 03 jul. 2014)

No decorrer da pesquisa, percebe-se que as escolas municipais de Capinópolis-MG, já caminham rumo a Educação Integral, entretanto o tipo de gestão propício à educação integral ainda não prevalece nas escolas municipais de Capinópolis-MG, prevalece a gestão centralizada, porém é possível perceber algumas práticas em rumo a democratização, como, por exemplo, participação da comunidade nos conselhos escolares, abertura aos pais para conversas com professores, entretanto os cargos de direção, por exemplo, continua sendo preenchidos através de nomeação, fato que remete as considerações de Arroyo (2008) o qual traz que este campo ainda é merecedor de pesquisa e reflexão teórica e, sobretudo, de intervenções políticas mais radicais.

Percebe-se que muito ainda pode ser feito tanto em rumo ao processo de democratização e implantação do ensino integral, quanto no sentido de envolvimento e participação da comunidade. Novas práticas e articulações precisam ser desenvolvidas para fins de conscientização e participação comunitária, conforme aponta Paro (2008).

Quanto à indagação feita sobre se existia escola municipal de tempo integral em Capinópolis, a resposta foi não, já quanto à indagação de se já existia um projeto para implantar a educação integral nas escolas municipais a resposta foi:

Sim. A Secretaria Municipal de Educação já fez adesão através do SIMEC para integrar na Escola Municipal Aurelisa Alcântara de Souza o tempo integral. Já existe nesta escola um projeto com os alunos da zona rural que busca através da cultura e do esporte, melhorar o desempenho e dar oportunidade aqueles que residem na zona rural. Estes alunos são beneficiados com aulas de música, dança e karatê, pois eles chegam na escola por volta de 10 horas, e que posteriormente recebem um almoço oferecido pela escola e iniciam suas aulas às 12h30min. Essas atividades culturais realizadas na escola para essas crianças têm como objetivo ampliar e possibilitar o equilíbrio físico e emocional, linguagem oral, concentração, lateralidade, expressão corporal... A Educação Integral é um conceito

praticamente novo entre as escolas, muitas vezes ela é implantada sem levar em consideração a proposta de articulação com diversos sujeitos e organizações essenciais para esse processo. Desse modo, um dos maiores desafios é ainda a falta de estrutura humana e do prédio próprio. Não ter um espaço adequado é uma desvantagem. Portanto, é fundamental que a gestão pública invista na qualidade do espaço da educação integrada. (Entrevistado, 2014).

Quanto à pergunta relacionada à existência de espaço físico adequado para implementação desta proposta de educação Integral foi que os espaços físicos não são adequados ainda, conforme resposta abaixo:

Não estão. Como já foi dito primeiro tem que planejar o espaço físico como: lugar adequado para tomar banho, salas adequadas para as atividades a serem realizadas, além de materiais próprios para trabalharem com essas crianças, ou seja, tem que buscar gerar corresponsabilidade e garantir que a educação integral responda as necessidades da verdadeira educação integral. Investir também na formação destes profissionais envolvidos neste projeto. (Entrevistado, 2014).

Quanto à formação do quadro de servidores, a coordenadora reconhece a necessidade de investir na formação dos profissionais, entretanto acredita-se que muitos estão preparados sim, conforme resposta a entrevista: *Os nossos professores muitos estão preparados, pois quase todos possuem cursos superiores e pós-graduação. Acredito que estamos sim preparados para trabalhar com a educação integral, mas falta espaço físico adequado e apropriado.* (Entrevistado, 2014).

Percebe-se que espaço físico é uma das questões primordiais que precisa ser resolvida. Ainda sobre esta questão, a Secretária municipal de educação relatou que atualmente as escolas municipais não possuem salas ociosas e que apenas duas escolas de Capinópolis possuem espaços físicos para ampliação do número de salas.

Inclusive a secretária de educação reforçou a resposta da coordenadora de educação sobre as iniciativas para implantação da educação integral na rede municipal de Capinópolis, ressaltando que um dos motivos de se escolher a escola Aurelisa Alcântara para implantar o projeto de Educação Integral na rede municipal foi pelo fator espaço físico. Esta escola conta com espaço físico para ampliação de salas e conta com estrutura de área de lazer mais adequada que as das outras escolas, pois conta inclusive com parque para as crianças.

A secretária municipal de educação também narrou que o município precisa montar um projeto consistente, porque no início de todo projeto têm-se um número elevado de voluntários, mas que, no decorrer do tempo, prevalece sempre, nos projetos

o pessoal efetivo e contratado, com isso faz-se essencial a contratação de mais servidores.

Tanto a coordenadora quanto a secretária apontam que é extremamente importante que as pesquisas mostrem a realidade dos projetos já em andamento tanto para nortear as ações de quem está engatinhando neste sentido quanto para fins de conscientização comunitária da importância de suas participações. Neste sentido, são importantes as contribuições da pesquisa aplicada à Instituição. “... *pode contribuir para as escolas enfrentarem inúmeros desafios que permeiam as salas, investigando as causas dos problemas e desenvolvendo ações para resolvê-los...*” (Miranda, 2012, p.13).

A pesquisa e a extensão dos resultados contribuem muito para a reorganização do ensino e dos estabelecimentos de regras; novas concepções sobre o que ensinar; levando em consideração os saberes dos educandos; e de suas famílias; adoção de políticas visando ao desenvolvimento de habilidades interpessoais entre docentes e funcionários, motivação dos funcionários e docentes para adotarem nova postura frente à realidade posta.

Sobre a importância das pesquisas a coordenadora ressalta ainda que: *As pesquisas contribuem e muito, pois através delas buscamos nos conhecer e preparar para enfrentar as melhores condições para trabalhar com a educação integral. Temos que investir na construção de um sistema eficaz de qualidade.* (Entrevistado, 2014)

Sobre educação integral a coordenadora complementa que:

Gostaria de acrescentar que a escola de educação integral é o melhor caminho para preparar as crianças e adolescentes com uma educação de qualidade, tirando-os da ociosidade e dos perigos da rua. O aluno que fica o dia inteiro na escola, com boa educação, alimentação adequada e oportunidades diferenciadas com atividades complementares, ao final da tarde, chegando em casa, obviamente ficará junto de sua família e irá dormir mais cedo, com seu tempo todo ocupado, se preparando para uma vida adulta mais saudável e digna. Ao trazer a educação integral, a escola começa a interferir também na comunidade e as dificuldades das famílias dos alunos passam a fazer parte do dia a dia escolar, e nós tentamos resolver da melhor maneira possível. (Entrevistado, 2014).

Os dados estatísticos das escolas da rede municipal apontam que o ensino oferecido está além dos enfrentados em grande parte da rede nacional, pois conforme Brasil (2009), algumas escolas apresentavam, em 2006, variações de Ideb entre 0,7 a 8,5. Entretanto o Ideb de todas as escolas municipais de Capinópolis já, em 2011,

estavam acima da meta prevista para 2015. A observação das instalações das escolas também mostram que as escolas são conservadas, estão adaptadas para a questão da acessibilidade, contam com espaços para leitura, alimentação e todas possuem quadra de esporte coberta.

## 5. Conclusões

Os resultados desta pesquisa permitem concluir que os fatores que dificultam a implementação da educação integral nas escolas municipais de Capinópolis são a falta espaços e falta de servidores. Não há salas ociosas e em uma das três escolas municipais não há espaços para ampliação, além da necessidade de aquisição de todo um aparato de equipamentos essenciais para esta nova realidade.

A análise da entrevista permite concluir que o município caminha para a implementação da educação integral nas escolas municipais de forma precavida, pois preza pela qualidade do ensino que deseja ofertar, reconhece a necessidade de ampliação de instalações e de formação do quadro de funcionários e quanto à democratização de gestão escolar ainda precisa ser trabalhada.

Conclui-se, portanto, que a educação, por ser uma ferramenta transformadora, pode, através dos programas de pós-graduação, contribuir para mudar as condições que estão postas. Espera-se que os resultados deste trabalho instiguem os programas de pós-graduação a ampliarem esforços no sentido de patrocinar pesquisas que tenham aplicabilidade nesta temática, fundamental para orientar os gestores na implementação de propostas como esta da Educação Integral.

## 6. Referências

ARRETCHE, Marta T.S. **Políticas Sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo**. RBSC. Vol. 14 n. 40. Jun/99.

ARROYO, Miguel G. Gestão democrática: recuperar sua radicalidade política? In: CORREA, Bianca C., GARCIA, Teise O. (Org.). **Políticas educacionais e organização do trabalho na escola**. São Paulo: Xamã, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007**. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, regulamenta a Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. Brasília, 2007.

BRASIL. **Educação Integral: texto referência para o debate nacional**. Brasília: Ministério da Educação – Secad, 2009.

BRASIL. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.** Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB e dá outras providências. Brasília, 2007.

BRASIL. **Rede de saberes mais educação: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral: caderno para professores e diretores de escolas.** 1ª ed. Brasília. Ministério da Educação, 2009.

BRAZIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRONZO, Carla. **Intersetorialidade como princípio e prática nas políticas públicas: Reflexões a partir do tema enfrentamento da pobreza.** XX Concurso del CLAD sobre Reforma del Estado y Modernización de la Administración Pública. Caracas, 2007

COELHO, Ricardo C. **Estado, governo e mercado.** 2ª Ed. Florianópolis: UFSC, 2012.

GARCIA, Teise O. A escola como espaço de acolhimento e participação dos educandos. In: CORREA, Bianca C., GARCIA, Teise O. (Org.). **Políticas educacionais e organização do trabalho na escola.** São Paulo: Xamã, 2008.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Mariana de A. Técnicas de pesquisa. 5ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MAINARDES, Jefferson; FERREIRA, Márcia S.; TELLO, César. Análise de políticas: Fundamentos e principais debates teórico-metodológicos. In: BALL, Stephen J; MAINARDES, Jefferson (Orgs.). **Políticas Educacionais: questões e dilemas.** São Paulo: Cortez, 2011.

MIRANDA, Maria I. Pesquisa-ação Escolar: uma alternativa de enfrentamento aos desafios educacionais. In: MIRANDA, Maria I; SILVA, Lázara C.(Org.). **Pesquisa-ação: uma alternativa à práxis educacional.** Uberlândia: EDUFU, 2012.

PARO, Vitor H. Estrutura da escola e educação como prática democrática. In: CORREA, Bianca C., GARCIA, Teise O. (Org.). **Políticas educacionais e organização do trabalho na escola.** São Paulo: Xamã, 2008.

RUA, Maria G. **Políticas públicas.** 2ª Ed. Florianópolis: UFSC, 2012.

SANTOS, Maria P. G. **O Estado e os problemas contemporâneos.** 2ª Ed. Florianópolis: UFSC, 2012.

SILVA, Lázara C., MIRANDA, Maria I. (Org.) **Pesquisa-ação: uma alternativa a práxis educacional.** Uberlândia: EDUFU, 2012.